

EXTENSÃO RURAL: “A CARA DO GOVERNO NO CAMPO”

Pedro Cassiano Farias de Oliveira

Cite este artigo: OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias. Extensão rural: “a cara do governo no campo”.

Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 67 - 78, dezembro. 2011. Semestral. Disponível em: <http://www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 30 de dezembro de 2011.

Resumo: O artigo é uma análise de duas instituições que implantaram a Extensão Rural no campo brasileiro, a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) – na década de 1950 – e, posteriormente, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) – de 1973, até os anos 90. Importante ressaltar que, no período da ditadura militar (1964-1985), houve uma modificação dos seus objetivos em consonância com o projeto hegemônico da classe dominante.

Palavras-chave: Extensão Rural, Estado, Poder, Hegemonia.

*Eles cuidam do trator
com óleo e com gasolina,
mas o pobre do peão
exigem mais produção
só com arroz e feijão*

Felipe Santander. O Extensionista, 1987

1. Introdução

Para entendermos a Extensão Rural e sua trajetória descontínua, precisamos analisar as duas instituições da Pasta da Agricultura destinadas a implementar a política extensionista. Essa análise também ressalta a questão da mudança de instituição e dos objetivos por trás da conjuntura de criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), bom como ao dismantelamento da Associação Brasileira e Crédito e Assistência Rural (ABCAR), que foi incorporada pela nova empresa.

1.1. Os sistemas ABCAR e EMBRATER

A ABCAR foi criada vinte e um de junho de 1956. Ela foi responsável pela rápida consolidação e formalização do trabalho de Extensão Rural no Brasil: em 1960 os serviços de Extensão Rural operavam numa área de 10,5 % do meio rural dos Estados [1]. A história contada pelas própria EMBRATER indicam uma continuidade tanto de metodologia, quantos dos objetivos

de trabalho da Extensão Rural. Mas, fazendo uma leitura mais minuciosa das próprias cartilhas e documentos produzidos posteriormente a 1974 – data da criação da EMBRATER –, vemos que a estrutura agrária e os interesses por de trás das ações extensionistas haviam mudado. Para verificarmos essa mudança, devemos olhar primeiro para os materiais produzidos pela ABCAR:

“São finalidades da ABCAR:

Coordenar e estimular programas de extensão e de crédito rural supervisionado.

Obter recursos financeiros para a manutenção desses dois programas, e também a aquisição de técnicos internacionais, nacionais, para a organização técnica dos serviços.

Orientar a implantação e acompanhar o desenvolvimento de organizações que se proponham a realizar programas de Extensão Rural e de Crédito Supervisionado”. [2]

A estrutura administrativa da ABCAR e, posteriormente, da EMBRATER, era centralizada na esfera federal, contando ainda com a participação dos Estados e Municípios. A equipe dos escritórios locais era composta por um Extensionista, normalmente com formação em agronomia e uma Extensionista Doméstica, normalmente mulher formada em Veterinária ou Economia Doméstica. Portanto, a ação dos Extensionistas dava-se diretamente junto ao agricultor. Nas cartilhas que orientavam e estruturavam os treinamentos fornecidos a esses agentes nota-se uma preocupação em treiná-los para “oferecer” ao agricultor técnicas que fossem compatíveis com sua realidade.

Mesmo sendo de nível federal, a ABCAR tinha um caráter descentralizador em sua organização institucional. As empresas estaduais tinham maior autonomia para direcionarem sua forma de atendimento, pois, de acordo com fontes da instituição, as regiões possuíam problemas particulares que deveriam ser solucionados de forma específica, sem contar com um direcionamento centralizador. Anualmente, cada empresa estadual estabelecia um plano de trabalho baseado nos problemas da localidade trazida pelos próprios Extensionistas.

O incentivo à organização rural era proposta pela ABCAR de duas maneiras: o associativismo e o cooperativismo. Esses dois tipos de organização-modelo da ABCAR são anteriores a ela. As associações, por exemplo, surgiram no ano de 1934, em São Paulo, com a fundação do Sindicato dos Invernistas e criadores de gado. Essa forma de organização foi se proliferando no país, até que em 1945 houve uma regulamentação (decreto-lei n. 8.127, de 24 de outubro de 1945). Portanto, a ABCAR considerava a associação como principal modalidade de mobilização política:

As associações agregam peças naturais e jurídicas que exercem, profissionalmente, atividades rurais, devendo representar, em certos sentidos, a classe rural, na defesa e reivindicação de seus legítimos interesses.[3].

Em cada Estado, elas formavam como complemento as Federações das Associações Rurais que, por ser turno, se congregavam na Confederação Rural Brasileira [4]. Observa-se, portanto, que essas associações deveriam ser fomentadas e orientadas pelos Extensionistas.

Já o corporativismo era recomendado para fins econômicos destinados à comunidade rural. Essa forma de organização só se institucionalizou em 1932, com o decreto-lei 22.239 de 19 de dezembro de 1932. Existem diversos tipos de cooperativas: de crédito, de beneficiamento, de construção, de compra e venda comum, etc. Há o predomínio de cooperativas no Sul do país.

As cooperativas do Rio Grande do Sul (634 com 350.391 sócios), apresentam duas características específicas: organização setorializada (cerne, banha, lã, trigo, mate, arroz, vinho e madeira) e uma rede de caixas rurais dos tipos Raiffeisen e Luzzatti [5].

Vemos, portanto, um modelo de organização social direcionada, sobretudo para determinados fins econômicos e tutelada pela ABCAR. Esses tipos de organização tinham fortes influências estatais, como benefícios e regulamentações, se tornando a legítima forma de organizar o campo. Nesse sentido, as fontes pesquisadas não mencionam nenhuma associação, ou cooperativa, nem mesmo outro tipo de mobilização rural no país, que não seja em conformidade com os aparelhos de Estado.

O plano anual de 1968, postula novos direcionamentos programáticos com vistas à compatibilização com a política nacional, ao dirigismo da ação educativa a nível municipal, nas linhas prioritárias estabelecidas nos planos estaduais. Sucessivamente, todas as áreas de trabalho foram ajustadas à hegemonia do crescimento econômico [6].

O Plano Quinquenal (1961-1965), elaborado em 1960, sob a direção de José Irineu Cabral, foi o primeiro esforço de centralizar as diretrizes operacionais, rascunhando-se um plano nacional de Extensão Rural. Para a elaboração desse documento, foi realizada uma pesquisa sobre a realidade do meio rural brasileiro, para o plano ter uma dita “base real”. Com isso, houve a constatação de um “complexo de problemas interdependentes”, não sendo possível a solução somente do Extensionismo. Ainda nesse estudo, foram enfatizados os seguintes problemas, que estariam mais diretamente ligados à Extensão Rural:

a produção agropecuária, os recursos naturais renováveis, o rendimento do trabalho humano, a estrutura agrária, a organização da vida rural, os aspectos econômicos e financeiros da produção, a situação social, instituições e serviços que atuam no meio rural e os instrumentos de informação ora utilizados para alcançar a comunidade. [7].

Em certa medida, as diretrizes traçadas pelo plano diretor foram às raízes para a criação do Sistema Brasileiro de Extensão Rural, um ano antes da conclusão do prazo estabelecido. Assim, em 1964, a ABCAR ganhou o *status* de Sistema e redefiniu sua ação, associando o crédito supervisionado e o orientado mais intensamente, bem como a interlocução com a pesquisa

agropecuária. Com efeito, numa análise mais superficial das fontes, o surgimento da EMBRATER e, conseqüentemente, o extermínio da ABCAR, não parecem ter sentido.

2. A Extensão Rural na Ditadura Militar (1964-1985)

Para entendermos o desmantelamento da ABCAR e sua substituição pela instituição da EMBRATER, precisamos considerar o contexto político do país. As diferenças entre ambas não são tão acentuadas, porém, a intensificação do processo de privatização e penetração de interesses dos grupos dominantes agrários são fundamentais para essa reorientação institucional.

Mesmo com o golpe militar de 1964, a reforma agrária continuava na agenda política do país. O governo do Marechal Castelo Branco promulgou o Estatuto da Terra, com fins de realizar a reforma agrária nos seus próprios moldes. Regina Bruno (1995) adverte que o segmento dos grandes proprietários, diante dessa medida, ficou extremamente desconfortável face ao risco da desapropriação de terras, algo que os havia mobilizado a derrubar o Governo Goulart, acusado pelos seus opositores de realizar projetos “comunistas”.

Contudo, a estratégia dos representantes dos latifundiários foi minar o projeto do Estatuto da Terra de dentro para fora. Assim, diversas modificações no projeto original foram incluídas, ocasionando a perda da sua característica principal. Segundo os representantes políticos dos setores patronais, agora em consonância com o governo militar, o problema agrário no país não era a concentração fundiária, mas a sua baixa produtividade. O agricultor não precisava ter a posse da terra para trabalhar, mas um contexto econômico e social favorável que propiciasse sua condição de trabalho e sustento, através do trabalho com a terra (alheia).

Mesmo assim, Regina Bruno reforça a idéia de que o governo Castelo Branco tinha características legalistas e que as diversas forças em disputa, nesse período pós-64, revelavam a instabilidade política ainda latente, bem como alguns projetos de modernização ainda em disputa. Assim, podemos denominar esse período de governo provisório ou em transição [8], como a referida autora destaca. A vitória de uma ditadura civil-militar eminentemente autoritária e centralizadora, com o intuito de suprimir todos os movimentos e pensamentos contrários ao regime somente foi consolidada em 1967-68, com o governo “linha dura” de Costa e Silva. Não é à toa que esse período coincide com a reformulação da política agrícola do país. Em 1971, a ABCAR realizou duas avaliações que constataram o crescimento do Sistema a partir de 1962. A introdução de tecnologia foi expressiva mas, posteriormente, segundo os relatórios, verifica-se uma estagnação desse índice. A causa apontada no documento é a inexistência de informação tecnológica, em termos de novos sistemas de produção e, paralelamente, do insuficiente nível de conhecimentos tecnológicos, por parte dos Extensionistas:

Por outro lado, a avaliação dos projetos de bem-estar-social indicaram a relevância do enfoque adotado, principalmente em virtude de seu efeito multiplicador e mobilizador. Entretanto, o mesmo

estudo indicou que as ações realizadas nessa área correspondiam, em sua quase totalidade, a esforços isolados sobre problemas específicos. **[9]**

O golpe contra as instituições de pesquisa agropecuária (DNPEA) e a Extensão Rural (ABCAR) previamente existentes fez surgir, em 1973, a EMBRAPA (Decreto n. 72.020 de 28 de março de 1973), no campo da pesquisa e a EMBRATER em 1975 (Decreto nº 75.373 de 14 de fevereiro de 1975).

Esse foi um marco na mudança das estratégias de modernização do campo, com a proposta que objetivava a intensificação da entrada do capitalismo no campo, só que por uma outra vertente: a do agronegócio e da entrada de empresas privadas.

A criação da EMBRATER, portanto, representou a consolidação de uma nova estratégia de manutenção da estrutura fundiária, afastando qualquer tentativa de reforma no latifúndio. No dia 5 de junho de 1974, o Ministro da Agricultura e o ministro Chefe da Secretaria do Planejamento enviaram-no ao Presidente uma mensagem sobre a EMBRATER. Enfatizaram a baixa produção do sistema agropecuário brasileiro e reforçam a importância da assistência e do crédito rural para a aceleração do desenvolvimento no campo:

A situação da pesquisa foi eficazmente equacionada com a implantação definitiva da EMBRAPA, contribuindo para aumentar substancialmente o potencial de produção de novas tecnologias no país, valendo-se da flexibilidade administrativa pela figura da empresa pública.

A situação da assistência técnica e da extensão rural está a exigir maior legitimação por parte do Governo e um mecanismo de operação flexível e poderoso, capaz de atender às necessidades de informação tecnológica que tem o produtor e, ao mesmo tempo, cooperar com a pesquisa na criação de tecnologias que sejam relevantes e viáveis nas condições da agricultura brasileira, além de colaborar na formulação da política agrícola em vários níveis. **[10]**

No dia 6 de junho do mesmo ano, o Presidente Geisel sancionou uma lei criando a EMBRATER que efetivamente se constituiu no Decreto n. 75.373 de 14 de fevereiro de 1975. Suas diretrizes estavam muito semelhantes com a da ABCAR. A partir desse momento a EMBRATER assume a extensão rural e passa a formular um histórico do passado a partir de sua perspectiva.

Aqui percebemos a importância do monopólio do discurso histórico e de seu papel como legitimador de ideologias. A história da ação estatal em relação à política agrícola no país será caso de sucessivos erros:

Os esforços pioneiros durante o Império e primórdios da República não proporcionaram uma evolução contínua da pesquisa, a nível federal. A maioria das iniciativas terminou em insucesso. Não se deveria esperar outra coisa, dado que, a linha mestra da política agrícola não tinha a modernização da agricultura nos seus objetivos principais. **[11]**

Portanto, a história de sucesso da Extensão Rural surge com a reformulação em 1974 e com a criação da EMBRATER. De caráter flexível e englobando a iniciativa privada [12], a EMBRATER se torna a “irmã mais nova” da EMBRAPA, cujo modelo operacional é muito parecido [13]. Vimos também que a nomenclatura “Sistema” definiu a associação entre a EMBRATER e a iniciativa privada, algo construído timidamente, desde os anos 60, com a ABCAR.

Com isso, ocorreu a incorporação do grande e médio agricultor nas ações do Sistema EMBRATER, de centralização fortalecida. As unidades federais, estaduais e municipais atuarão somente com o pequeno e o médio agricultor, cabendo às empresas privadas o trabalho com os grandes proprietários:

O grande produtor e as empresas agrícolas serão assistidos pelas empresas privadas de planejamento, profissionais autônomos, técnicos vinculados às cooperativas e associações de produtores, além dos profissionais ligados às empresas de produção e revenda de insumos. Esta esfera do setor de assistência técnica conta hoje com um contingente expressivo de profissionais, alguns deles indiretamente vinculados à Embrater através da Associação Brasileira de Empresas de Planejamento Agrícola – ABEPA. Desta forma, fica caracterizada a diretriz, a nível federal, de vinculação do Sistema Embrater (hoje entendido como Embrater e suas 25 associadas) com o pequena e média produção para o mercado e para o consumo familiar, enquanto que para a rede privada, a ser também regulada pela Embrater, compete a assistência às categorias empresariais e grandes produtores. [14]

Essa postura irá se fortalecer durante a ditadura, mostrando uma continuidade mesmo depois da reabertura política e da dita Nova República. Observa-se que, no plano de metas de 1986 para o Sistema EMBRATER:

Em sua nova roupagem, o Sistema Embrater incorporou os princípios de postura modernizantes assumindo: 1) prioridade na linha de difusão de tecnologia agropecuária para o público de médias e altas rendas, sendo o seu atendimento feito sob enfoque de cada produto isoladamente; 2) o pequeno produtor como objeto de um único projeto (Projeto de Promoção de Produtores de Baixa Renda), limitando em área geográfica; 3) a preocupação com a abrangência para viabilizar a expansão do Sistema sob padrões razoáveis de custo [15].

O Sistema EMBRATER terá suas ações voltadas para o pequeno produtor. A novidade, porém, será o beneficiamento do grande e médio agricultor através das ações extensionistas das empresas privadas credenciadas pela instituição. Além disso, a tecnologia e a alta produtividade serão objetivos igualmente colocados para todos os tipos de produtores. A perspectiva proposta é que a Extensão precisava desenvolver todo o campo brasileiro igualmente, não podendo excluir aos grandes proprietários, tal como podemos ver no quadro a seguir [16]:

Produtores de alta renda

Produtores de média renda					
Produtores de baixa renda	Capacitação da mão-de- obra	Saneamento básico	Nutrição	Educação	Habitação e outras necessidades

Desdobramentos do desenvolvimento tecnológico para os produtores de baixa renda →

O quadro acima indica, no eixo vertical, uma orientação hierarquizada do grande produtor para o pequeno produtor, ou seja, o beneficiamento dos “produtores de baixa renda” é posterior ao dos “produtores de alta renda”. O objetivo, portanto, se torna claramente unificador da estrutura do campo agrário: todos devem ser iguais em produtividade e tecnologia. Ora, as especificidades de cada tipo de produção e a demanda para o mercado interno e externo não estão sendo relevantes. O extensionismo, no entanto, tal como se estrutura após 1975, com a criação da EMBRATER, terá uma preocupação mais voltada para a padronização tecnológica do que qualquer incentivo a uma estrutura diferenciada, entre pequenos, médios e grandes produtores. Nessa trajetória ficarão de fora aqueles que não conseguirem agir como “grandes produtores”, ou que não conseguirem se adequar às novas especificidades tecnológicas oferecidas pela Extensão Rural.

Todos os serviços, como o crédito rural e a aplicação de tecnologias, serão orientados e remodelados para atender ao novo público alvo, mais exigente. Esses empresários rurais estão mais preocupados com uma nova abordagem no campo, no qual precisavam de auxílio técnico, pois é nesse período que a noção de agroindústria passa a ser incorporada ao discurso e a estrutura fundiária converge-se com a técnica de produção industrial no campo. Da mesma forma que a instituição de Extensão Rural se tornou uma empresa, o latifúndio se tornou também uma empresa, adquirindo os latifundiários *status* de grandes empresários.

Bernardo Sorj avaliando esse período afirma que:

Portanto, se nas décadas de 1950 e 1960 se caracterizaram pelo incremento do número de estabelecimentos, em especial dos menores de 10ha, na década de 1970, sob o impacto de uma modernização agrícola dirigida pelo Estado, a tendência geral tem sido o fortalecimento da média e grande propriedade.[17]

Portanto, essa nova conjuntura ocasiona, segundo as fontes consultadas, a perda característica dos objetivos da Extensão Rural o que também é a derrota da hegemonia de um projeto de desenvolvimento agrário para o campo pautado no pequeno produtor. Nas palavras de Glauco Olinger:

A grande preocupação dos agricultores era ganhar um empréstimo “subsidiado” para aplicar parte dele no mercado de capitais, onde as taxas são bem mais altas, ou para a compra de imóveis e outros bens, já que não havia fiscalização rigorosa por parte dos bancos, nem assistência técnica capaz de induzir os mutuários à aplicação integral do crédito na agricultura. Por esse motivo, sempre existiu grandes disputas pelos financiamentos em que os médicos e grandes empresários levaram vantagens, conseguindo a maior parte do crédito, face ao prestígio político por eles desfrutado. Os pequenos produtores sempre tiveram dificuldades na obtenção do crédito, por volta de prestígio e desenvoltura junto aos dirigentes financeiros, pelo excesso de burocracia e exigências de garantias requeridas pelos bancos. [18].

Não restam dúvidas que o projeto de extensão rural ao longo de sua trajetória perdeu sua característica original, fruto de um projeto hegemônico de uma fração de classe inserida no Ministério da Agricultura e que controlava a elaboração de políticas públicas para o meio rural.

3. Considerações Finais

Assim, as instituições ABCAR e EMBRATER, que foram responsáveis por administrar nacionalmente o Extensionismo, sofreram uma mudança de trajetória durante sua existência. O projeto de modernização da agricultura, via desenvolvimento e aumento da produção do pequeno agricultor, foi aos poucos sendo substituído pelo projeto que privilegiava a manutenção da estrutura fundiária e da importância do grande latifúndio para a política agrária no país. A extinção da ABCAR e a criação da EMBRATER, em 1974, é um marco dessa virada “hegemônica”. Ambos os projetos não discutiam a estrutura fundiária, mesmo que no primeiro momento a Extensão tenha sido voltada para o pequeno agricultor. Afinal, eram os diretores representantes da classe dominante realizando uma política pública centralizada e estabelecendo um diálogo hierarquizado com o agricultor. Nas palavras de Caporal: *“Como se pode observar o discurso encaminha para uma linha político-ideológica clara, avessa àquela até então seguida pela extensão rural.”* [19]

A identidade da população rural construída pelos órgãos extensionistas prova essa premissa [20]. Mesmo não sabendo e não pedindo auxílio, as famílias rurais precisavam de direcionamento para melhorar sua produtividade. Contudo, o interesse de abastecer o mercado interno, aliado à penetração do Estado no campo, foi amplamente contemplada como podemos ver nas diversas fontes produzidas tanto pela ABCAR, quanto pela EMBRATER. “Política pública para as massas” seria uma das expressões que podemos extrair da análise dos discursos das instituições encarregadas do extensionismo no Brasil. As semelhanças e diferenças entre ambas levaram ao mesmo caminho: dominação e tentativas de supressão de consciência de classe das populações pobres do campo, que compunham um expressivo e incômodo contingente no campo brasileiro. Se no período da ABCAR é possível perceber um projeto hegemônico de promoção do campo através do pequeno produtor, a criação da EMBRATER estabelece um novo paradigma do capitalismo no campo, pautado, sobretudo, nas relações racionalizadas. Essa nova estrutura agrária suprimiu as relações tradicionais e projetos anteriormente estabelecidos para o campo brasileiro.

Por fim, vemos que a Extensão Rural em si mesma é um indicativo da entrada do capitalismo na zona rural. Contudo, o extensionismo dos anos 60 70 era voltado para o pequeno produtor. A partir de 1975, com a criação da EMBRATER, a Extensão passou a promover a construção de relações sociais capitalistas, privilegiando os “grandes e médios produtores”. Assim, houve uma retirada brusca da lógica interna das próprias relações sociais e econômicas tradicionalmente estabelecidas pelos agricultores no campo. Tutelar, consumir, produzir cada vez mais foram premissas ideológicas incutidas, via progresso tecnológico, no campo, promovidos pelo Extensionismo. 🌱

NOTAS

*Autor, à época, aluno do 9º período do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do curso de História da Universidade Federal Fluminense. Pesquisador do núcleo de pesquisa “Estado, Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural no Brasil, 1944-2005”, sob orientação da professora Sonia Regina de Mendonça. Email: pcfo@hotmail.com

[1] Dados extraídos do ABCAR. *Plano diretor quinquênio 1961-1965* Rio de Janeiro, 1960.

[2] ABCAR. *Organização Geral, Estrutura Técnico Administrativa*. Rio de Janeiro, 1958, p. 4 e 5.

[3] Op. Cit., p. 77.

[4] Há apenas uma referência a essa Cooperação Rural Brasileira. Nas fontes estudadas não há mais nenhum indício de suas atividades nem do seu grau de legitimidade.

[5] Op. Cit, p. 78 e 79.

[6] EMBRATER. Sistema Embrater e o plano de metas. Política de Extensão Rural e sua contribuição ao Plano de Metas do Setor Agrícola, Brasília, dex. 1986, p. 10

[7] Op. cit., p. 11.

[8] BRUNO, Regina. “O Estatuto da Terra: entre conciliação e o confronto”. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 5, novembro 1995, p. 11.

[9] EMBRATER. Estruturação operacional, modelo, estratégia e diretrizes de trabalho. Brasília, 1975, p. 16

[10] EMBRATER. *Miscelânea de documentos*. Documento 1. Embrater, atos constitutivos, 1975, p. 10

[11] EMBRAPA. Proposta para a formulação de um sistema setorial de pesquisa agropecuária, Série de Documentos oficiais n. 2, Brasília, 1978, p. 5

[12] As iniciativas privadas já existiam e havia algum trabalho em conjunto com a ABCAR. Porém, vemos que há um intensificação e distribuição do público alvo. Para mais informações ver: EMBRATER. Normas de Credenciamento de empresas privadas e órgãos associativo que se dedicam às atividades de assistência técnica. Deliberação n. 036/78 de 27 de dezembro de 1978 (Documento 4). Brasília, 1978

[13] A formatação de ambas instituições serem empresas, o capital flexível são pontos principais de semelhanças entre a EMBRAPA e a EMBRATER. Não podemos esquecer também que a organização administrativa é muito parecida, um presidente, diretoria e superintendência, coordenadorias e departamentos. Além disso, contava-se também com as unidades estaduais.

- [14] EMBRATER. Sistema Embrater e o plano de metas. Política de Extensão Rural e sua contribuição ao Plano de Metas do Setor Agrícola, Brasília, dez. 1986, p. 47 “grifo nosso”.
- [15] EMBRATER. Plano de metas e política agrícola. Brasília, outubro de 1986, p. 12-13
- [16] Quadro extraído da fonte: EMBRATER. Estruturação operacional, modelo, estratégias e diretrizes de trabalho, Brasília, 1975, p. 18
- [17] SORJ, Bernardo. Estados e Classes Sociais na Agricultura Brasileira. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1980, p. 138.
- [18] ÖLINGER, Glauco. *Como melhorar a eficácia da Extensão Rural no Brasil e na América Latina*, EMBRATER, 1984, p. 12.
- [19] CAPORAL, Francisco Roberto. **A Extensão Rural e os limites á Prática dos Extensionistas do Serviço Publicam**. Dissertação. Santa Maria, 1991. p. 14.
- [20] Para mais informações ver: PORTILHO, Maria Sibebe Brasiliense. *Extensão Rural: fio e a trama na construção da representação social do pequeno produtor*” Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia defendida em setembro de 1998.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1.1. Documentação oficial periódica

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CREDITO E ASSISTÊNCIA RURAL – ABCAR Boletim Informativo. Brasília (1978-90).

Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER. Relatório de Atividades. Brasília (1975 – 1990)

1.2. Documentação avulsa fichada

ABCAR, III Reunião Nacional de Líderes Estaduais de Clubes 4-s. Workshop, Seleção, uso e treinamento de líderes voluntários locais. Domingos Martins ES. Realizado nos dias 23 a 30 de setembro de 1962.

ABCAR. Centro Sul-Americano de Crédito Agrícola. Serviço de economia rural. Trabalhos apresentados para o seminário sul-americano de crédito agrícola. Recife, 1958.

ABCAR. II Reunião de Treinamento, 15 e 16 de outubro de 1962, Rio de Janeiro, 1962.

ABCAR. Informação sobre o Sistema Brasileiro de Extensão Rural e crédito supervisionado, Série D. N.10. Rio de Janeiro, 1960.

ABCAR. Manual de avaliação. Série E. Volume I. Sistema de avaliação do programa municipal de Extensão Rural. Rio de Janeiro, 1961.

ABCAR. O sistema brasileiro cooperativo de extensão rural. Rio de Janeiro (s.d.).

ABCAR. Organização Geral, Estrutura Técnico Administrativa. Rio de Janeiro 1958.

ABCAR. Reformulação da política de aplicação do crédito rural em articulação com a Extensão Rural. Rio de Janeiro 1960

ABCAR. Sistema Brasileiro Cooperativo de Extensão Rural, Plano Diretor Quinquênio 1961-65. Rio de Janeiro, 1960.

ABCAR. Técnicas e Métodos de Avaliação do Programa. Brasília 1962.

ASCAR. Plano cooperativo de extensão rural. 1970.

ASCAR/ETA. Programa Cooperativo de Extensão Rural e Plano Anual de Trabalho, 1959-1960, Rio Grande do Sul, 1959.

EMBRAPA, PRONAPA – Programa Nacional de Pesquisa Agropecuária. Brasília, 1979.

EMBRAPA. Modelo Institucional de Execução da Pesquisa Agropecuária. 1974..

EMBRAPA. NOCCETI, Milton. Serviço Automatizado de Disseminação Seletiva da Informação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e o subsistema papir. Brasília, 1979.

EMBRAPA. Proposta para a formulação de um sistema setorial de pesquisa agropecuária, Série Documentos oficiais nº 2, Brasília, 1978?

EMBRAPA. Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária. Brasília 1979.

EMBRATER, SOUZA, Lazaro Vivlela de. A Legislação Agrária e Trabalhista Rural na Redefinição de Categorias de Trabalhadores, Embrater, Brasília, 1983.

EMBRATER, Supervisão nos serviços de extensão. Brasília, 1980.

EMBRATER, Trina anos de Extensão Rural no Brasil, Pronunciamentos. Brasília, 1979 (documento 9).

EMBRATER. A Legislação Agrária e Trabalhista Rural na Redefinição de Categorias de Trabalhadores, Brasília, dezembro de 1983.

EMBRATER. Diretrizes e Normas de Pós-graduação para técnicos do SIBRATER. Doc. 11, Brasília 1983.

EMBRATER. Diretrizes Gerais e Operacionais de Capacitação Inicial para Técnicos do SIBRATER. Brasília, 1982.

EMBRATER. Diretrizes operacionais para eventos de especialização. Brasília, 1980.

EMBRATER. Estruturação operacional, modelo, estratégia e diretrizes de trabalho. Brasília, 1975. Documento 3.

EMBRATER. Miscelânea de Documentos. 1975, 1978, 1979, 1980, 1982, 1983. II – 244, 04, 11. Documento 1. Atos constitutivos, 1975.

EMBRATER. Normas de Credenciamento de empresas privadas e órgãos associativos que se dedicam às atividades de assistência técnica. Deliberação n. 036/78 de 27 de dezembro de 1978. Brasília, 1978. (Documento 4).

EMBRATER. Plano de Metas Política Agrícola. Brasília, outubro de 1986.

EMBRATER. Processo de Extensão Rural e Sistema de Convivência com a Seca no Nordeste, Brasília, maio, 1984. autor: Olinger, Glauco.

EMBRATER. Relatório de Atividades, 1985.

EMBRATER. Série sistemas de produção. 5 volumes.

1.3 Bibliografia

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo, Ed. UNICAMP, 1992.

AVILA, Antonio Flavio Dias. Distribuição de Benefícios da Pesquisa Agropecuária Brasileira: o caso da Embrapa. **Cadernos de Difusão Tecnológica**, Brasília, 5 (1/3): 45-61, jan/dez, 1988.

BRUNO, Regina. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. **Revista Sociedade e Agricultura**, n. 5, nov. 1995.

CAPORAL, Francisco Roberto. **A Extensão Rural e os limites á Pratica dos Extensionistas do Serviço Publicam**. Dissertação. Santa Maria, 1991.

DELGADO, Nelson Giordano. “Extensão e desenvolvimento local”. In: **Desenvolvimento em questão**, Ed. Unijui, ano. 1, n. 1, jan./jun. 2003. p. 229-237.

GAVIOLI, Felipe Rosafa. Agricultura Familiar, multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. (Resenha). **Revista IDEAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro – RJ, v. 3, n. 2, p. 425-431, jul.-dez. 2009.

- GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil**. São Paulo, Ed. Hucitec, 1997.
- GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1984.
- _____. **Cadernos do Cárcere. Vol 2**, Caderno 12. Rio de Janeiro, Ed. Civ. Brasileira, 2000.
- _____. **Cadernos do Cárcere. Vol. 3**, caderno 13. Rio de Janeiro, Ed. Civ. Brasileira, 2000
- FIGUEREDO, Romeu Padilha. **Extensão Rural, Desenvolvimento e Democracia**. Alguns pronunciamentos do Presidente da Embrater, Romeu Padilha de Figueredo, em 1985. Brasília, Embrater, 1986.
- MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: **Coleção os pensadores**, Rio de Janeiro, Ed. Abril Cultural, 1974.
- _____. **O Capital**, livro I, vol. I. São Paulo, Ed. Difel, 1982.
- MENDONÇA, Sonia Regina. **A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990**, STEDILE, João Pedro (org.). São Paulo, Ed. Expressão Popular, 2006.
- _____. A dupla dicotomia do Ensino Agrícola no Brasil. In: **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 14, nº 1, 2006.
- _____. Estado, Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (1944-2005). Projeto de Pesquisa apresentado ao CNPq em 2007.
- _____. Estado e Sociedade, In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). **História pensar e fazer**. Ed. Lab. Dimensões da História, Rio de Janeiro, 1998.
- _____. Estado, Violência simbólica e metáforização da cidadania. In: **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, 1996, p. 94-125.
- MOURA, Joana T. V. de. Dilemas da democracia: a representação política nos novos espaços de participação. **Revista IDEAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro – RJ, v. 3, n. 2, p. 170-196, jul.-dez. 2009.
- NASCIMENTO, Renato Carvalheira do. “A fome como uma questão social nas políticas públicas brasileiras. **Revista IDEAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro – RJ, v.3, n.2, p. 197-225, jul.-dez. 2009.
- OLINGER, GLAUCO. **Processo de Extensão Rural e Sistema de Convivência com a Seca no Nordeste**. Brasília, Embrater, 1984.
- _____. Como **Melhorar a eficácia da Extensão Rural no Brasil e na América Latina**, Brasília, Embrater, 1984.
- OLIVEIRA, Mauro Marcio. As Circunstâncias da Criação da Extensão Rural no Brasil, In: **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, vol. 16 nº 2, maio/ago, 1999.
- PORTILHO, Maria Sibebe Brasiliense. “Extensão Rural: História e Prática Educativa Informal”
- SORJ, Bernardo. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira**. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

[\[Retornar ao índice\]](#)